

PROCESSO Nº.: EPR-DES-2025/00983

CONSULENTE: CPL

PARECER Nº: 072/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVOS. ACERTO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELA ILMA. PREGOEIRA.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Ilma. Pregoeira, acerca da decisão proferida julgamento do recurso interposto pela empresa AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA, bem como acerca da manifestação desta e da PROJECTE ENGENHARIA, ARQUIETTURA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA, após a realização de diligências complementares.

A consulente instruiu o processo com os seguintes documentos: edital; recurso administrativo; manifestações ulteriores das licitantes; parecer proferido pelo órgão técnico da EMPAER; precedentes de Tribunais de Contas; e decisão sobre o recurso.

Especificamente quanto ao julgamento da Pregoeira, decidiu pelo desprovisionamento dos recursos interpostos pela AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA e PROJECTE ENGENHARIA, ARQUIETTURA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA, para manter a habilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, a fim de delimitar a análise, ressalte-se que o escopo das diligências complementares foi (1) que a inserção de novos documentos contrariaria os princípios da legalidade e da isonomia, salvo se tratasse de documento pré-existente; (2) que declaração apresentada estaria em papel timbrado e com endereços da RM Geotecnologias, empresa não participante do certame; (3) que a CAO não estaria vinculada a atestados de capacidade técnica emitidos por empresas públicas ou privadas, nem tampouco comprovariam inserção de dados no SIGEF; (4) que a declaração apresentada por FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO – ME, não atenderia plenamente ao edital, vez que não delimitaria o local, municípios e escopo dos serviços; e (5) que não foi apresentada CAT comprovando cadastramento de agricultores para fins de regularização fundiária.

Quanto ao item 1, enumerado acima, tem-se que o licitante parte de premissa equivocada.

É que a exceção não trata de posterior juntada de documento que comprove documento pré-existente, mas condição (fato) pré-existente, consoante se extrai, expressamente, do Item 11.4.1. do Edital:

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58282] [SENHA] JOÃO ALVES PINA FERREIRA NETO em 07/07/2025 - 10:59hs.
Documento Nº: 7831593.66721756-4282 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66721756-4282>



EPRDES202500983A

11.4.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, especificamente quanto aos documentos complementares do Item 11.3.5;

Destaque-se, ainda, que o referido Item não fora impugnado no momento oportuno. Ademais, encontra-se em consonância com o entendimento pacífico das diversas Cortes de Contas, a exemplo do proferido pelo plenário do TCU, no acórdão nº 988/2022, citado pela própria Pregoeira.

Portanto, irretocável a decisão, nesse particular.

Quanto ao item 2, também não se vislumbra óbice, vez que a participação no certame é personalíssima e, pois, considerasse pertencentes ao licitante todos os documentos juntados por ele, o qual se responsabiliza pelo conteúdo das informações prestadas.

Quanto aos itens 3 a 5, que veiculam matéria técnica, o órgão técnico da EMPAER manifestou-se pelo descabimento das impugnações.

O atestado de pessoa jurídica anexado, em sede de diligência complementar, comprovou condição pré-existente, referente à existência de capacidade técnica da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO – ME, já observada pelo órgão técnico da EMPAER, através da análise das certificações de imóveis.

Como asseverado pela Pregoeira, a possibilidade encontra respaldo nos Itens 10.14.2, 11. e 23.1. do Edital, bem como no entendimento assento nos Tribunais de Contas, a exemplo do citado acórdão nº 1211/2021 do plenário do TCU.

Conclui-se, pois, que a decisão da Ilma. Pregoeira deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, eis que aplicou corretamente o direito ao caso em tela, não merecendo qualquer ajuste.

III. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo acerto da decisão proferida pela Ilma. Pregoeira e, por conseguinte, pelo seguimento do feito, observado os ritos legal e regimental (RILC EMPAER).

É o parecer, S.M.J.

Cabedelo, 7 de julho de 2025.



João Alves Pina Ferreira Neto
Assessor Jurídico, OAB/PB 18.226

